

CAPITALISMO DE ESTADO COM CARACTERÍSTICAS AMERICANAS: O PARADOXO DE WASHINGTON EM RELAÇÃO À CHINA

Por Jorge González Márquez*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

Depois de Trump aprovar um mecanismo de fundo soberano, o governo dos EUA adquiriu participações na Intel e MP Materials, gerando controvérsia: seria uma possível mudança de rumo, com Washington testando sua própria versão de capitalismo de Estado?

Em 22 de agosto de 2025, Howard Lutnick, Secretário de Comércio dos Estados Unidos, anunciou nas redes sociais que o governo havia adquirido 10% da Intel Corporation, uma das maiores empresas de tecnologia do mundo. Lutnick descreveu a transação como um “acordo histórico que fortalece a liderança dos Estados Unidos em semicondutores, fará nossa economia crescer e ajudará a garantir a vantagem tecnológica do país”.

O CASO INTEL

O anúncio oficial da compra da participação na Intel ocorreu após vários dias de especulação na mídia e semanas após o presidente dos EUA, Donald Trump, ter pedido a renúncia do CEO da empresa na plataforma *Truth Social*. A transação foi cercada de controvérsia tanto por sua natureza excepcional quanto pela forma como foi executada: utilizando recursos de subsídios previamente aprovados.

O uso desses fundos gerou oposição específica, pois se destinavam a estimular a produção nacional de chips e financiar pesquisas sob a Lei CHIPS. Ao redirecioná-los

para a compra de ações, o governo foi acusado de distorcer o propósito do auxílio e usar dinheiro público para fins financeiros em vez de industriais.

Para a oposição, este é, portanto, um precedente perigoso, pois abre caminho para que futuros subsídios se tornem instrumentos de intervenção dos acionistas, em vez de apoio direto à inovação.

No entanto, a verdadeira reviravolta não reside tanto no procedimento irregular, mas nas motivações e na empresa escolhida. A Intel não é apenas uma gigante da tecnologia, mas também um símbolo da indústria de semicondutores, uma das áreas onde se trava a competição mais intensa entre Washington e Pequim. A Casa Branca insistiu que garantir uma participação direta equivalia a proteger um recurso crítico para a segurança nacional e o futuro econômico do país.

A reação, no entanto, destacou o caráter disruptivo da medida: alguns em Wall Street interpretaram a entrada do Estado como uma garantia de apoio a longo prazo, enquanto outros alertaram que ela abria caminho para a politização da governança corporativa e até a denunciaram como uma *“nacionalização disfarçada”*. A controvérsia foi amplificada porque tal intervenção é profundamente atípica no contexto americano.

Ao contrário de países com fundos soberanos ou tradições de controle estatal em setores estratégicos, Washington defende há décadas a primazia do capital privado como propulsor da inovação e do crescimento. O que aconteceu com a Intel parece romper com essa tradição, embora, na realidade, faça parte de uma tendência mais ampla, cujo primeiro sinal veio não do Departamento de Comércio, mas do Pentágono.

MP MATERIALS E A CONCORRÊNCIA COM A CHINA

Meses antes, no final de 2024, o Pentágono havia pressionado pela entrada do Estado na MP Materials, a principal empresa americana dedicada à extração e processamento de terras raras. A República Popular da China responde por mais de 80% da capacidade mundial de refino desses minerais, essenciais para a fabricação de armas avançadas, baterias e componentes eletrônicos. Portanto, a transação foi apresentada como uma decisão inevitável para reduzir a dependência de Pequim e garantir o fornecimento de um recurso vital para a segurança nacional.

A medida reflete o quanto as matérias-primas críticas se tornaram centrais na agenda estratégica de Washington. As terras raras não são apenas um insumo para a indústria militar, mas também um componente essencial da transição energética e da produção de tecnologias de mercado em massa. Garantir o acesso a elas pode, portanto, ser considerado não uma questão técnica ou comercial, mas sim uma prioridade nacional.

Tanto o caso da Intel quanto o da MP Materials compartilham um elemento central: ambos giram em torno de indústrias que se tornaram o epicentro da competição estratégica com a China. Os semicondutores marcam o pulso da inovação tecnológica global, enquanto as terras raras são a base material para a produção de tudo, desde chips e baterias até sistemas avançados de armas.

Em ambas as frentes, Pequim consolidou uma posição dominante, seja por meio de sua liderança na fabricação de microchips de ponta, seja por meio de seu controle

sobre o refino de minerais essenciais, levando Washington a encarar essas cadeias de suprimentos como uma questão de segurança nacional. O resultado é que as intervenções na Intel e na MP Materials, embora distintas em natureza, respondem à mesma lógica: reduzir vulnerabilidades em relação à China e fortalecer a autonomia estratégica dos Estados Unidos.

Embora ambas as medidas tenham sido apresentadas como decisões excepcionais justificadas por preocupações com a segurança nacional, a verdade é que elas estão começando a emergir como um padrão: um governo que não apenas regula ou subsidia, mas também investe diretamente no capital de empresas estratégicas.

O que até recentemente pareceria incompatível com a ortodoxia econômica dos EUA está começando a ser percebido como uma possível mudança de rumo, uma mudança que levanta questões sobre se Washington está testando sua própria versão de capitalismo de Estado.

CAPITALISMO DE ESTADO COM “CARACTERÍSTICAS AMERICANAS”

Pode parecer exagero falar de uma mudança significativa no modelo político-econômico americano, mas a verdade é que há razões claras para isso. Essa mudança começou a tomar forma institucional quando Donald Trump assinou, em fevereiro de 2025, uma ordem executiva que lançou as bases para o que será, na prática, um fundo soberano dos EUA.

O objetivo declarado é ter um instrumento capaz de investir estrategicamente em setores considerados vitais para a segurança nacional, da energia à inteligência artificial. Em teoria, trata-se de um mecanismo para proteger a inovação e evitar que empresas críticas caiam sob influência estrangeira. Na prática, significa institucionalizar a presença do Estado como acionista na economia, um passo que até muito recentemente seria impensável em Washington.

A iniciativa imediatamente gerou intenso debate nos Estados Unidos. Alguns setores empresariais, especialmente em indústrias emergentes como inteligência artificial e energia limpa, acolheram a medida como um sinal de apoio e estabilidade diante da volatilidade do mercado global.

No entanto, críticos tanto do Partido Democrata quanto dos republicanos mais ortodoxos alertaram que um fundo soberano poderia se tornar um veículo para favoritismo político, distorcer a concorrência e distanciar o país dos princípios que definiram seu modelo econômico por décadas.

A ironia resultante é tão evidente que merece ser enfatizada. Durante décadas, os Estados Unidos criticaram o intervencionismo estatal da China como uma distorção do mercado e uma ameaça à competição global. No entanto, em sua tentativa de conter Pequim e preservar sua primazia tecnológica, Washington parece estar seguindo um caminho semelhante, embora disfarçado em uma narrativa diferente.

O que Pequim chama de “socialismo com características chinesas” agora encontra um espelho inesperado: o capitalismo de Estado com “características americanas”, que se justifica em nome da defesa da livre iniciativa e da segurança nacional, mas que, em

última análise, reproduz lógicas que até recentemente eram denunciadas como características de sistemas autoritários.

A questão subjacente é se esta é uma mudança temporária, marcada pela rivalidade com a China e a liderança de Trump, ou uma mudança estrutural na relação entre Estado e mercado nos Estados Unidos. O acúmulo de casos como o da Intel e da MP Materials, juntamente com o proposto fundo soberano, sugere que um padrão mais duradouro pode estar se formando.

Se Washington decidir consolidar esses tipos de instrumentos, o país poderá caminhar para uma forma de capitalismo de Estado que, embora diferente do modelo chinês ou dos *petroestados*, compartilharia com eles uma característica essencial: o uso direto do poder público para guiar os rumos da economia.

Os Estados Unidos sempre se definiram como a terra do livre mercado, mas desenvolvimentos recentes sugerem que essa narrativa não é mais suficiente para sustentar sua primazia. O que está em jogo não é apenas a gestão de algumas empresas estratégicas, mas a própria definição do modelo econômico que guiará o país na era da rivalidade com a China.

O paradoxo é que, em sua ânsia por preservar a liderança global e conter Pequim, Washington parece estar moldando sua própria versão do que criticou por décadas em outros. A questão central, portanto, permanece: estamos testemunhando simples respostas emergenciais ou o nascimento de um capitalismo de Estado com características americanas?

Publicado no [Descifrando la Guerra](#).

***Jorge González Márquez** é formado em Ciência Política e Administração Pública pela Universidade de Salamanca (2019) e, posteriormente, concluiu o mestrado em Teoria Política e Cultura Democrática pela Universidade Complutense de Madri (2020) e o mestrado em Segurança Pública e Políticas de Defesa pela Universidade Camilo José Cela (2021). Atualmente, é doutorando em Ciência Política e Pública e Relações Internacionais pela Universidade Complutense de Madri e professor na Universidade Europeia do Atlântico. Seu principal interesse é o monitoramento da realidade internacional, especialmente à luz das mudanças vivenciadas na última década. Desde 2018 faz parte do site “Descifrando la Guerra” como editor e coordenador, e é coautor dos livros “Fuego en el horizonte: España en la nueva geopolítica mundial” e “La pugna por el nuevo orden internacional. Claves para entender la geopolítica de las grandes potencias”.
